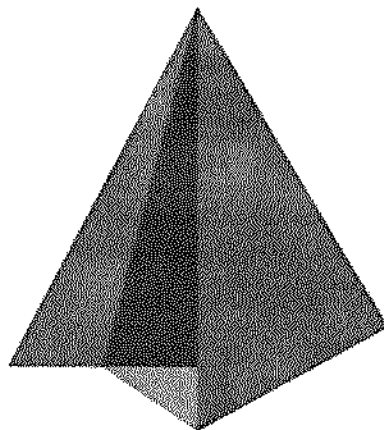




TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE POÇOS DE CALDAS – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
RENATO DE SOUSA RESENDE



TRT MG

TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Lei de Criação nº 10.770, de 21-11-2003

Data da instalação: 6-12-2005

Data de implantação do PJe: 15-4-2013

Jurisdição: Poços de Caldas, Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Ibitiúrá de Minas, Ipuiúna e Santa Rita de Caldas.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 5-7-2018, p. 1/2.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h5min do dia trinta e um de julho de 2018, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Rogério Valle Ferreira**, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Poços de Caldas, situada na Avenida Dr. David Benedito Ottoni, 446, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pelo MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Nara Duarte Barroso Chaves**, que atuando na 1ª Vara também responde por esta unidade organizacional; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Glauco Negrini; pelos servidores Aldir Pereira Mota, Aline Dutra, Elisabeth de Paula Domingos, Elson Virga de Andrade, Giovana Martins Paneto, Gislene Aparecida Lopes Coelho, Nádia Vilas Boas Leite e Telma Bosso Bueno e pelas estagiárias Ana Luísa Missura Nogueira e Samanta Iris Menezes Di Masi. Ausente o MM. Juiz Titular da Vara, Dr. **Renato de Sousa Resende**, em licença médica e a servidora Pâmella de Araújo Almeida, em licença maternidade.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 657 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 27-7-2018, apurando-se a média de 5,2 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 66 cartas precatórias até o dia 27-7-2018, das quais 41 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 68 cartas precatórias até o dia 27-7-2018, das quais 8 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão, devendo a Secretaria verificar a baixa das cartas expedidas e devolvidas.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 511 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 204 processos foram remetidos até o dia 27-7-2018.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 64 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 6 autos de processos físicos com carga, das quais 1 vencida e cobrada.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.7. CARGA PARA PERITOS – Consta 1 processo físico com carga, vencida e cobrada. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 337, processos com perícia designada, e 843 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara, devendo a Secretaria providenciar a baixa nas perícias já realizadas.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constan 12 mandados expedidos em processos físicos e 737 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 1 pendente de cumprimento em processos físicos e 12 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 58 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 1 processo *sine die*.

Examinados os autos do processo 0010454/17 constatou-se que aguardam decisão do STF.

No entanto, sem carga para o magistrado Renato de Souza Resende, na caixa “aguardando audiência – julgamento *sine die*” existem 74 processos, dentre eles, com mais de 30 dias para prolação de sentença 42 processos, mesmo considerando as férias do magistrado de 18-9 a 17-10-2017 e de 4-6- a 3-7-2018 conforme listados abaixo:

Processo	Pendente desde
0010924/17	18-10-2017
0010376/17	15-8-2017 (uso do art. 227 do CPC em 14-9-2017)
0010840/17	26-01-2018
0010657/17	03-04-2018
0010939/17	27-09-2017
0010580/15	29-09-2017
0010888/17	25-10-2017
0011315/16	30-10-2017
0011103/17 MS	17-11-2017
0011902/17	30-11-2017
0011903/17	05-12-2017
0011248/17	11-12-2017
0011935/17	26-12-2017
0011421/17	26-12-2017
0010987/17	08-01-2018



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

0011393/17	23-01-2018
0011383/17	23-01-2018
0011379/17	23-01-2018
0011319/17	26-01-2018
0011557/17	26-01-2018
0011569/17	29-01-2018
0011559/17	07-02-2018
0011419/17	10-02-2018
0011418/17	13-02-2018
0011564/17	19-02-2018
0011420/17	22-02-2018
0011464/17 Protes.	26-02-2018
0010058/17 Alv. Jud.	27-02-2018
0011520/17	02-03-2018
0011516/17	02-03-2018
0011522/17	03-03-2018
0011588/17	07-03-2018
0011560/17	07-03-2018
0011570/17	07-03-2018
0011567/17	15-03-2018
0010028/18	15-03-2018
0011631/17	16-03-2018
0010037/18	16-03-2018
0010038/18	16-03-2018
0010029/18	16-03-2018
0011517/17-0149	21/03/18
0011517/17-0073	06-04-2018

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016 e de 38,88% em 2017. A Meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 38%.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 27-7-2018, existem 66 processos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2018 até 27-7-2018)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	218
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	381
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	0
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	528
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	1
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	247

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.590 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 767 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 821 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- 2 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2018 até 27-7-2018.

No ano de 2017, até dia 5-7 havia 1.642 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 852 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 785 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- 5 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016 e de 68,91% em 2017. A Meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 62%.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 27-7-2018, existem 126 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 31-7-2018 havia 12 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 6 processos;
- b) **consignação em pagamento:** 1 processo;
- c) **instrução:** 4 processos;
- d) **encerramento de instrução:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010584/18, 0010328/18, 0010319/18, 0010394/18, 0010587/18, 0010588/18, 0010590/18, 0011311/17, 0011339/17 e 0011622/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010584/18, 0010328/18, 0010319/18, 0010394/18, 0010587/18, 0010588/18 e 0010590/18: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que não havia processo na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos eletrônicos 0010603/18, 0010602/18, 0010547/18, 0010579/18, 0010578/18, 0010568/18, 0010567/18, 0010505/18, 0010494/18, 0010411/18, 0010375/18, 0010450/18, 0010266/18, 0010427/18, 0010456/18, 0010467/18, 0010351/18, 0010427/18, 0010249/18, 0010613/17, 0011129/17, 0010457/18, 0010110/18, 0011618/17, 0010098/18, 0010519/16, 0011332/16, 0011127/17, 0010374/17, 0011032/17, 0011012/17, 0010104/18, 0010166/18, 0011189/17, 0011128/17, 0010361/16, 0010878/14, 0011465/16, 0011188/17, 0011335/17, 0010876/15, 0010103/17, 0011067/17, 0010040/17, 0010425/17, 0010871/17, 0010077/17, 0010219/18, 0011399/16, 0011203/17, 0010095/18, 0010093/18, 0010094/18, 0010413/18, 0010172/18, 0010370/18, 0010350/18, 0010379/18, 0010230/18, 0010449/18, 0010619/18, 0010515/18, 0010760/17, 0010147/17, 0011524/17, 0010025/17,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

0010210/17, 0011315/17, 0010310/18 e 0010465/18.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010375/18, 0010450/18, 0010266/18, 0010427/18, 0010456/18, 0010467/18, 0010351/18, 0010350/18, 0010619/18 e 0010515/18: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010619/18: 1ª notificação de audiência efetuada por mandado, descumprindo a Portaria Conjunta GP/GCR n. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial Simples;

- 0010547/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id d1e31da (mais de 10 dias);

- 0010519/16: excesso de prazo para julgamento dos Embargos Declaratórios – Id a248d72 – Dr. Renato de Sousa Resende.

- 0011332/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – evento 41999853 (mais de 10 dias);

- 0010878/14: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id e2467e1 (mais de 10 dias);

- 0011335/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 1f8d198 (mais de 20 dias);

- 0010425/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 74ad7c8 (mais de 10 dias);

- 0010871/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id c80afe8 (mais de 20 dias);

- 0011203/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4b8cb78 (mais de 30 dias);

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 21 ações civis públicas em tramitação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 13 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2016	2017	2018
Procedimento sumaríssimo	22	31	36
Procedimento Ordinário	31	40	49
Instrução processo físico	1.590	1.944	0
Instrução processo eletrônico	144	166	202

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	2016	2017	2018
Procedimento sumaríssimo	15	13	13-8-2018 – 9 dias úteis
Procedimento Ordinário	15	28	13-8-2018 – 9 dias úteis
Instrução	263	263	21-2-2019 – 115 Dias úteis

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2018 até 27-7-2018)

a) Conhecimento:

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 90263)	252	36
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 90264)	291	49
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 90267)	294	67
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 268)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 90268)	535	277
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de co-	1	2,445



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Encerramento – procedimento sumaríssimo (item 271)		
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 90271)	287	80,14
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	489	294

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2018 até 27-7-2018)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 90359)	10	97
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	1	322
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	12	256

c) Fase de execução (de 1º-1-2018 até 27-7-2018)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	15	1.721
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	82	753
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	10	1.154
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	32	388

No ano 2017, apurou-se que, em 220 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2017	Média/dia útil
Julgados procedentes	57	0,26
Julgados procedentes em parte	488	2,22



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Julgados improcedentes	79	0,36
Extintos com resolução de mérito	4	0,018
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	628	2,85
Extintos sem resolução de mérito	39	0,177
Arquivamento	89	0,4
Desistência	56	0,255
Outras decisões sem exame de mérito	89	0,4
Total sem exame de mérito	273	1,24
Decisões de conhecimento	901	4,09
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	163	0,74
Decisões na fase de execução	77	0,35
Total	1.141	5,2

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em junho de 2018, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	1	0,05
Conciliação em execução	0	0
*Encerramento de instrução	4	0,19
Inicial	39	1,86
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Instrução	58	2,76
Instrução (rito sumaríssimo)	1	0,05
Una	74	3,52
Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	173	8,24

* os encerramentos de instrução não são somados

No mês de junho de 2018, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 61 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 22 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 53 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8 horas. Na última sexta-feira do mês são realizadas audiências de tentativa de conciliação na fase de execução. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 800 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2016	2017
Processos recebidos	1.589	1.641
Média por dia útil	7,2	7,4
Processos remanescentes do ano anterior	602	672
Sentenças anuladas	8	6
Total de processos para solução	2.199	2.319
Processos solucionados	1.588	1.534
Processos conciliados	728	633
Produção	72,21%	66,15%



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 3,27% em relação ao número de processos recebidos no ano 2016. Quanto à produção, verificou-se que em 2017 houve uma diminuição de 6,06%.

5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

Perfil da Vara do Trabalho		Poços de Caldas - 02a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2017 01/01/2017 a 31/12/2017	1º trim 2018 01/04/2017 a 31/03/2018	2º trim 2018 01/07/2017 a 30/06/2018
Micro	1 – Antiguidade (dias corridos)	1.580	1.630	1.704
	2 – Pendentes (processos)	3.788	3.810	3.746
	3 – Prazo (dias corridos)	741	810	825
	4 – Taxa de conciliação (%)	41,19	38,88	36,03
	5 – Taxa de solução (%)	94,98	100,80	98,87
	6 – TC Conhecimento (%)	37,79	39,66	38,52
	7 – TC Liquidação (%)	31,78	38,35	41,25
	8 – TC Execução (%)	70,75	71,43	72,42
	9 – TC Incidentes (%)	30,80	38,19	34,09
Meso	1 – Acervo	0,54	0,54	0,55
	2 – Celeridade	0,30	0,32	0,28
	3 – Produção	0,64	0,62	0,80
	4 – Represamento processual	0,58	0,67	0,68
Macro	Índice de Produtividade	0,69	0,74	0,79
	MGD	0,60	0,64	0,63
Posição MGD		94	102	126
Força de trabalho		0,87	0,85	0,82
Movimentação processual		1.501 a 2.000		

Fonte: Sistema e-Gestão (dados gerados em 30/04/18)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.672.924,91	R\$516.023,89

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/2011, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que havia 5 ordens de bloqueio do BACEN JUD pendentes na Vara do Trabalho, devendo a Secretaria fazer os processos conclusos para exame.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 7 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 131, de 2017.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades, sendo uma cópia entregue ao Secretário da Vara nesta data. Também foram entregues as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- 2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 3) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 4) as decisões proferidas no prazo do artigo 226, III, do CPC, sem a dilação de 48 horas a que se refere o artigo 851, §2º, da CLT;
- 5) julgados os embargos de declaração no prazo do artigo 1.024, do CPC;
- 6) prolatada sentença pelo MM. Juiz Renato de Souza Resende, em até 10 dias, respeitada a licença médica, nos processos enumerados no item 1.10, oficiando à Corregedoria Regional;
- 7) regularizado pela Secretaria da Vara o lançamento da carga nos processos enumerados no item 1.10, fazendo a transferência para a pasta “minutar sentença – fase de conhecimento”, possibilitando a correta apuração pelo sistema SICOND;
- 8) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 9) regularizados os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf;
- 10) mantidos os procedimentos para redução do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição;
- 11) cumprida a Portaria Conjunta GP/GCR n. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional da 3ª Região e autoriza a implantação da cesta de correspondências;
- 12) cumprida a determinação do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, mantendo afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2017:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf;
- 3) cumprida a Portaria Conjunta GP/GCR n. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional da 3ª Região e autoriza a implantação da cesta de correspondências;
- 4) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o caput do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2017, quando a Meta era “julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,61% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 112,47%.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

No ano 2018, até o dia 30-6-2018, o percentual alcançado foi de 124,97% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 143,59%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau.

Em 2017, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-17, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-15”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 113,83% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,44%.

No ano 2018, até o dia 30-6-2018, o percentual alcançado foi de 104,19% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 92,90%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2017, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 90,10% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 86,79%.

No ano 2018, até o dia 30-6-2018, o percentual alcançado foi de 41,41% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,50%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período.

Em 2017, quando a Meta era “baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 152,75% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 102,38%

No ano 2018, até o dia 30-6-2018, o percentual alcançado foi de 141,52% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 112,44%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau.

Em 2017, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 136,05% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 100,34%

No ano 2018, até o dia 30-6-2018, o percentual alcançado foi de 87,46% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 95,22%.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo (TMDP1c): reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%).

Em 2017, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 162 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 170 dias. Esta unidade organizacional atingiu o percentual de 109,88% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 115,43%.

No ano 2018, até o dia 30-6-2018, o tempo médio alcançado foi de 209 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 211 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

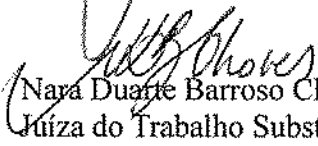
Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia trinta e um de julho de 2018, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _____, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta da 1ª Vara do Trabalho de Poços de Caldas, atuando nesta segunda Vara do Trabalho e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.


Rogério Valle Ferreira
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região


Nara Duarte Barroso Chaves
Juíza do Trabalho Substituta,
atuando nesta Unidade


Glauco Negrini
Secretário da Vara do Trabalho